



**BUSCA  
DAS  
PRIMEIRAS  
SOLUÇÕES**



Apesar da legislação ser clara, pouco se fez de imediato. Foi preciso que o Prefeito Henrique Dodsworth<sup>13</sup> lançasse o Programa de Parques Proletários Provisórios, em 1942, para que as ideias do Código de Obras se tentassem levar a cabo.

Ao mesmo tempo, foram congelados os preços dos alugueres, através da Lei do Inquilinato<sup>14</sup>, desestruturando o mercado rentista e provocando um desinvestimento grande na área habitacional. Se, por um lado, o objectivo era parar a construção desenfreada e especuladora nas favelas, por outro, os investimentos deixaram o sector imobiliário/habitacional e passaram para outros, em busca de lucro. O sector industrial foi o grande beneficiário desta lei, cujo grande impulso foi, precisamente, nos anos 40. Esta lei contribuiu dramaticamente para a crise da habitação, desestimulando a construção de novas moradias por parte do capital rentista, motivando o aumento de despejos e a redução da oferta habitacional, além de fomentar um intenso mercado negro. Contrariamente ao intuito inicial, uma das suas principais expressões foi, justamente, o crescimento explosivo das favelas.

A ideia dos Parques Proletários foi uma proposta do documento intitulado *Esboço de um plano para o estudo e solução do problema das favelas no Rio de Janeiro*, encomendado por este Prefeito, em 1940, ao médico Victor Tavares de Moura, director do Albergue da Boa Vontade, e encaminhado para a Secretaria Geral da Saúde e Assistência. Por aqui constata-se a continuação do anterior cunho higienista, ainda o grande legitimador das intervenções públicas.

Hoje considerado o primeiro documento oficial a tratar o problema das favelas, ele inaugura uma nova metodologia para tratar este caso: o conhecimento do problema por dentro, através da pesquisa de informações, até agora inexistentes, sobre um grupo social do qual nada de concreto se sabia, além de meia dúzia de mitos e lugares-comuns, em parte transmitido pela imprensa, cujos mais habituais passavam pela insalubridade, marginalidade e falta de conceitos civilizatórios. Para a tal busca de informações, ou seja, para conhecer antes de intervir, Moura propunha que se procedesse “a um rigoroso censo” pois “da minúcia e do critério com que for preenchida a ficha do censo, dependerá em grande parte o êxito da campanha, pois somente com informações reais e pormenorizadas é que se pode escolher o caminho a seguir para a solução do problema” (MOURA, Vitor Tavares de apud PARISSE, 1969, 63).

Embora revolucionário, por não partir de uma base conceptual pré-concebida e admitir que “se disparidades se encontram nos tipos de favelas, nos tipos de casebres e nos tipos de seus exploradores, grandes também são as diferenças que existem entre os moradores das favelas” (MOURA, 1943, 254-272), o relatório de Moura ainda pensa o favelado como um pseudo-cidadão, alguém que precisa de ajuda, pois sem capacidade para opinar sobre os

<sup>13</sup> Henrique de Toledo Dodsworth foi médico e Prefeito do Rio de Janeiro entre 1937 e 1945.

<sup>14</sup> O mercado rentista era altamente vantajoso até 1942, o que estimulava a construção de unidades habitacionais para este fim. A partir de 1942 e até 1964, data da revogação da Lei, a locação passou a ser um péssimo negócio, tanto para locadores, que não podiam ajustar o preço dos alugueres, como para novos locatários, que se depararam com um mercado desestimulado, onde a baixa da oferta fazia subir em flecha os preços.

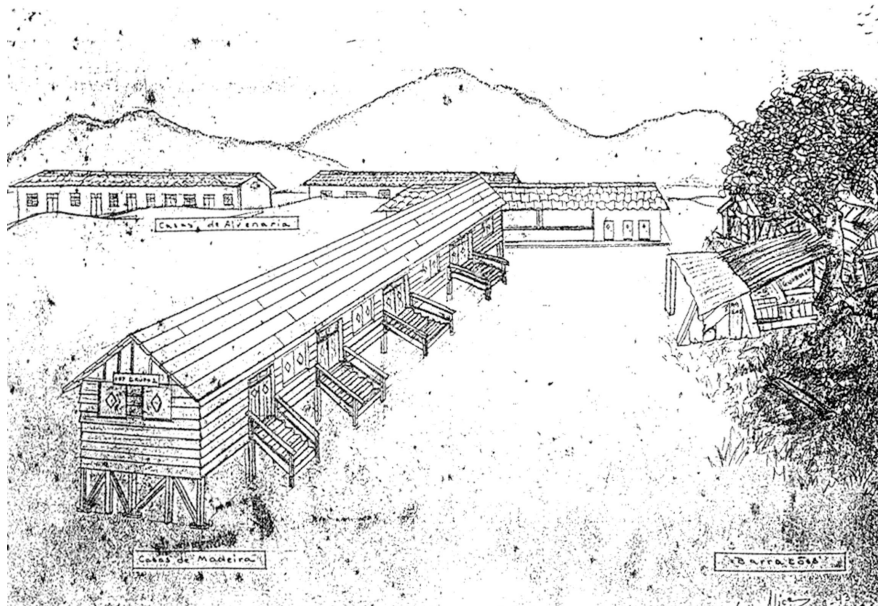
seus próprios destinos, fazendo ainda parte desta visão um autoritarismo paternalista, pedagógico, civilizatório, logo, discriminatório. Além disto, são também propostas outras medidas integradas de carácter preventivo, como o controle da entrada de migrantes pobres no Rio de Janeiro e o seu reenvio para o local de origem, paralelamente a uma campanha de reeducação dos favelados e a uma fiscalização severa dos casebres.

Toda esta ideologia se reflecte na organização dos Parques Proletários Provisórios, onde um administrador controla tudo para que a ordem esteja sempre presente:

“A autoridade da administração sobre os moradores era total. Todos os moradores tinham carteiras de identificação, que apresentavam à noite nos portões guardados que eram fechados às 22 horas. Toda noite, às nove, o administrador dava um ‘chá’ (“chá das nove”) quando ele falava num microfone aos moradores sobre acontecimentos do dia e aproveitava a oportunidade para as lições ‘morais’ que eram necessárias. (...) Os parques eram em grande parte uma criação do Estado Novo de Vargas, que combinava controles administrativos, “consciência” social governamental, retórica corporativista e a reverência da parte do proletariado por ‘pai Gegê’, tido quase como um santo” (LEEDS, 1978, 196-197).

Aos seus habitantes é exigida a assinatura de severos termos de responsabilidade, por si e pela casa, como se pode ler no regulamento anexo, onde está detalhadamente discriminado tudo o que o morador se compromete a fazer:

34



18. Esboço conceptual de um parque proletário

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL  
SECRETARIA GERAL DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA – SERVIÇO SOCIAL  
PARQUE PROLETÁRIO PROVISÓRIO Nº .....

..... que ocupa a casa nº ..... do grupo nº .....  
deste Parque, se compromete a:

- 1º. Pagar adiantadamente até o dia 5 de cada mês o aluguel mensal de Cr ..... e mais o que lhe couber no consumo de luz e rádio.
- 2º. Autorizar se necessário, na casa em que trabalha o desconto em folha de seus salários de importância acima.
- 3º. Zelar pela casa, trazendo-a sempre em perfeitas condições de asseio, lavando o soalho pelo menos uma vez por semana.
- 4º. Comunicar imediatamente quaisquer afrouxamento ou despregamento de tábuas, goteiras e outros defeitos, ajudando no concerto.
- 5º. Juntar o lixo em recipiente que colocará nos lixeiros em hora e local certos, bem como despejar os urinóis nas latrinas, transportando-os em caixas apropriadas desde que o façam entre 8 e 19 horas.
- 6º. Não pregar nem consentir pregar nas paredes por meio de grude, goma ou quaisquer outros ingredientes, papeis, retratos, cartazes, figuras, folhinhas, etc...
- 7º. Não usar ferro elétrico nem luz que não seja elétrica mudando as lâmpadas queimadas por conta própria, não podendo alterar os watts das lâmpadas, bem como só cozinhar com carvão.
- 8º. Não cuspir nem consentir cuspir no soalho ou nas paredes, mantendo escarradeiras em boas condições, com areia sempre renovada.
- 9º. Trazer sempre asseados os terrenos em torno e, debaixo da casa, não permitindo nele juntar lixo nem formação de lama.
- 10º. Manter relações cordiais com os de casa e com os vizinhos, não dando motivos para discussões e desavenças, evitando enfim pretextos para a quebra de cordialidade e respeito que deve existir entre pessoas educadas, seja quanto a família, seja quanto a vizinhos, bem como respeitar a lei do silêncio.
- 11º. Fazer com que seus filhos, enteados ou menores sob sua guarda, frequentem a escola, oficinas, esportes, educação física, e demais serviços pertencentes ao Parque, oferecendo prova de frequência caso tais menores as aulas estranhas ao Parque.
- 12º. Legalizar em tempo que combinará e ajudado pela administração a sua situação conjugal perante as leis do país e religião professada, bem como se ajustar perante as leis militares e trabalhistas.
- 13º. Comparecer e fazer com que os de sua família compareçam quando chamados para as comemorações das datas da Pátria, da tradição cristã e para festas do Parque.
- 14º. Submeter-se a todas as exigências da Saúde Pública e da administração do Parque no que diz respeito a profilaxia e defesa contra as doenças.
- 15º. Não permitir a entrada ou uso em sua casa das chamadas bebidas brancas nem se embriagar.
- 16º. Procurar por todos os meios um trabalho que garanta a subsistência decente de sua família.
- 17º. Não permitir residir na casa em que mora, pessoas estranhas ou de sua família que não estejam recenseadas pelo Serviço do Censo, ao ser entregue a casa.
- 18º. Pertencer a cooperativa de consumo que se venha a organizar entre os moradores do Parque e vizinhos, cumprindo rigorosamente seus estatutos e trabalhando pelo seu progresso.
- 19º. Considero que a violação por minha parte de quaisquer dos compromissos acima, como justa causa de despejo imediato, a que me submeterei se for exigido pela administração.

\_\_\_\_\_  
Assinatura

PREFEITURA DO DISTRITO FEDERAL  
**COMISSÃO DE ESTUDO DO PROBLEMA DAS FAVELAS**  
**SERVIÇO CENSITÁRIO**

Q 1.

N.º DE ENTRADA.....

- 1 - Bairro..... Favela de..... Rua..... N.º.....  
 2 - Proprietário do casebre..... (nome)..... N.º.....  
 Rua.....  
 3 - Procurador..... (nome)..... N.º.....  
 Residência do procurador, Rua.....  
 4 - Proprietário do terreno..... (nome)..... N.º.....  
 Residência do proprietário do terreno, Rua.....

**5 - TIPO DE HABITAÇÃO**

COBERTURA  
PISO

<input type="checkbox"/> Pálida	<input type="checkbox"/> Zinco	<input type="checkbox"/> Teltip	<input type="checkbox"/> Div.
<input type="checkbox"/> Terra	<input type="checkbox"/> Cim.	<input type="checkbox"/> Tij.	<input type="checkbox"/> Med.

N.º DE CÔMODOS

Salas	Área
1	ocupada
Quartos	1
1	

6 - ALUGUER Do Casebre..... \$  
 Do Chão..... \$

- 7 - Valor declarado do casebre..... \$  
 8 - Estado de conservação  Bom  Regular  Mau  
 9 - Classificação  Residencial  Comrc.  Escolar  Diversional  Mixto  
 10 - Despejo  San.  Fpx.  Fos. Col.  Log. Imp.

- 11 - Chefe de família..... (nome)  
 12 - Naturalidade.....  
 13 - Ocupação  Efetivo  Controlado  Mensalista  Diarista  Empregada  
 14 - Local do trabalho..... Firma..... Rua..... N.º.....  
 15 - Salário mensal..... \$  
 16 - Outras rendas..... \$

**17 - OUTRAS PESSOAS RESIDENTES NO CASEBRE QUE TENHAM RENDA**

NOME	Rel. ej o chefe	Ocupação	Loc. de Trab.	Salário mensal
.....	.....	.....	.....	..... \$
.....	.....	.....	.....	..... \$
.....	.....	.....	.....	..... \$
.....	.....	.....	.....	..... \$

Estas pessoas ajudam o custeio da casa?..... Como?.....

- 18 - N.º de habitantes
- | Menores de 0 a 2 anos |   | Menores de 2 a 7 anos |   | Men. de 7 a 15 anos |   | Maiores de 15 anos |   |
|-----------------------|---|-----------------------|---|---------------------|---|--------------------|---|
| M                     | F | M                     | F | M                   | F | M                  | F |

- 19 - Instrução
- |        |       |       |      |      |
|--------|-------|-------|------|------|
| Analf. | Prim. | Prof. | Sec. | Sup. |
|--------|-------|-------|------|------|
- 20 - Crianças em idade escolar
- |            |           |
|------------|-----------|
| Freq. Esc. | Não Freq. |
|------------|-----------|

- 21 - Frequentam escolas profissionais

- 22 - Desocupados
- |      |      |         |         |            |       |          |               |
|------|------|---------|---------|------------|-------|----------|---------------|
| Ind. | Com. | Transp. | Domest. | Adm. parl. | Pesc. | Não def. | Outras espec. |
|------|------|---------|---------|------------|-------|----------|---------------|

- 23 - Invalídios
- |                     |           |       |               |
|---------------------|-----------|-------|---------------|
| Cegueiro            | Alcojados | Senis | Outras causas |
| Chefes de fam. .... | .....     | ..... | .....         |
| Dependentes .....   | .....     | ..... | .....         |
| Desamparados .....  | .....     | ..... | .....         |

- 24 - OBSERVAÇÕES:.....  
 .....  
 .....

Rio, em..... de..... de 1941

Assinatura do recenseador

Segundo esta linha, o primeiro Parque Proletário Provisório foi inaugurado em 1942 na Gávea, na Rua Marquês de São Vicente, no actual local da PUC (Pontifícia Universidade Católica). Composto por 550 casas construídas e 150 em construção e, embora provisório (dado que seria usado só até que as favelas de origem fossem urbanizadas), em 1943 já abrigava 6 mil pessoas. Há ainda ex-moradores que recordam bem estes tempos. Elenice Cavalcanti, moradora da Cidade de Deus, é um deles. Viveu 36 anos no Parque e explica como era o seu funcionamento:

“Casa de dois quartos com vista para o verde, vizinhança silenciosa, localização privilegiada e acesso garantido a escola, creche e cursos profissionalizantes. A oferta parecia irrecusável. E realmente era.”

Foi assim que a família de Elenice aceitou a proposta de trocar a antiga comunidade do Largo da Memória, no Leblon, pelo Parque Proletário da Gávea.

“Quando cheguei no Parque era ainda bebé de colo. Cresci lá e minhas lembranças são as melhores possíveis. Não era bem uma favela, era muito bom até! As casas confortáveis, o pessoal unido, além de ter curso e escola para todo mundo. (...) Era tudo muito bonito, a entrada asfaltada, a rua principal com árvores e um rio com água limpa onde os moradores lavavam roupa. Dá uma saudade danada” (MONTEIRO, 2004 -1).

Embora possuindo inúmeros equipamentos colectivos que muitas favelas ainda hoje não têm, como por exemplo escola, creche, posto de saúde, centro de assistência social, mercado, capela, cantina, posto policial e áreas recreativas, e, por isso, o motivo da saudade de muitos ex-moradores, estes apartamentos não tinham casa de banho nem cozinha privadas. Mas como se quer reforçar a higiene fazendo esses espaços lugares de uso colectivo? A resposta está num dos objectivos destes Parques, que iam além das preocupações higiénicas, para contemplarem também o rigoroso controlo dos moradores. Os espaços colectivos ajudavam. Além do mais, por se tratar de habitações provisórias, também não possuíam esgoto.

37



Através das imagens 18 e 20 podem-se concluir os princípios formais usados: habitações geminadas, de madeira, sob a forma de blocos, elevadas sobre estacaria. A cobertura era de telha e uma escada de alguns degraus fazia o contacto com o solo de terra batida.

Ainda no ano de 1942, o segundo Parque foi inaugurado no Caju, para habitantes provenientes de zonas próximas à Central do Brasil. Um ano depois já abrigava 1 395 pessoas (PARISSE, 1969, 72).

Em 1943 o terceiro e último Parque foi construído no Leblon, junto à favela Praia do Pinto, na época, uma das maiores do Rio.

Feitas para serem provisórias, as casas entraram num processo de degradação acelerado que, juntamente com a sobrelotação, deram origem à favelização destes parques que, no Censo de 1950, já são considerados favelas. De facto, apesar das boas intenções de Vítor de Moura, os Parques foram uma solução muito específica para uma problemática que era mais do que geral, uma solução formal, de circunstância, que tratava a ponta do iceberg, mas esquecia a sua raiz, isto é, as assincronias geradas pela grande desigualdade na distribuição da renda brasileira, e a consequente e contínua segregação das classes pobres.

Em meados de 1943, o financiamento já se impunha como o principal calcanhar de Aquiles do projecto e este cai por terra, dando razão às dúvidas colocadas, anos antes, pelo *Jornal Correio da Manhã* (22/11/1941):

38 “Não é possível a nenhum governo nem mais rico, fazer uma derrubada integral de todas as habitações desse género, abrigar seus moradores e depois, fazê-los voltar a uma cidade construída sobre as cinzas da respectiva demolição. Tudo isso é certamente belo de imaginar, mas pertence ao domínio do sonho” (PARISSE, 1969, 69).

Dois anos após o lançamento da campanha, o balanço fica muito aquém das expectativas iniciais: 4 favelas extintas, três parques e 7 a 8 mil pessoas realojadas. Fracasso. Numa entrevista à *Folha Carioca* (1/7/44) Vítor de Moura explica que, tendo a favela “fôlego de sete gatos (...) a sua terapêutica é a justiça social” (PARISSE, 1969, 77).

Com o final da Era Vargas em 1945, a experiência dos Parques, retrato fiel da ideologia do Estado Novo, declinou definitivamente.

Com a redemocratização foram criadas várias Associações de Moradores<sup>15</sup> fruto dos Parques Proletários enquanto experiência pioneira de uma nova relação entre o Estado e as camadas populares, bem como da deterioração das condições de vida que levaram a uma organização social destas populações.

<sup>15</sup> O movimento inicial de formação das primeiras Associações de Moradores tem como marco a publicação do primeiro jornal comunitário *A Voz do Morro*, em 1935, na Mangueira.



Dez anos depois do reconhecimento oficial da favela e da primeira legislação que a incluiu, muita coisa se tinha passado. Por volta de meados de 40, vários factores construíram uma nova conjuntura. Por um lado, é criada a Fundação da Casa Popular, em 1946, que, embora sendo o primeiro órgão especificamente habitacional e voltado para as populações de baixa renda, tratou de excluir toda uma franja social mais informal que não apresentava rendimentos compatíveis com os financiamentos. A sua actuação foi inexpressiva.

Por outro lado, o final da 2ª Guerra Mundial traz consequências graves para o país, pois faz disparar a inflação, obrigando a uma aconselhável e urgente substituição das importações. Para isso, havia que criar novas condições na economia brasileira e, com elas, abre-se uma outra fase no processo de industrialização, chamada “Revolução Industrial”, com novo impacto no desenvolvimento das cidades.<sup>16</sup>

Durante a década de 40, o Rio de Janeiro é uma cidade em obras, fervilhante graças a milhares de iniciativas, privadas e públicas. A Avenida Presidente Vargas (1942), a Avenida Tijuca, a Estrada Grajaú-Jacarepaguá, o Estádio do Maracanã, os túneis Catumbi-Laranjeiras e Pasmado, a intensa construção de prédios, de viadutos... são exemplos do dinamismo vivido na capital.

Simultaneamente, o Rio transforma-se também no maior mercado de trabalho nacional e a migração interna dispara (PARISSE, 1969, 40-41), aumentando ainda mais com a massa de migrantes nordestinos, a partir da abertura da via Rio-Bahia, em 1949.

A cidade expande-se segundo novos vectores. Os mais significativos são a Avenida Brasil, aberta em 1946, e a Via Dutra, melhorada em 1951, para onde novas indústrias e novas favelas se mudam. Mas, acima de tudo, estas vias são responsáveis pelo crescimento dos subúrbios. Neles se instalam populações pobres, normalmente migrantes, que trabalham no Rio e aproveitam o baixo custo das viagens de comboio (trem). Estes loteamentos diferem da favela somente pela posse do terreno, o que traz a estas populações um grande encargo, que as impossibilita de construir uma casa melhor. No entanto, embora tendo adquirido a legalidade fundiária, as construções são ilegais na mesma, sem licenças e outras burocracias similares, o que faz com que percam vantagens em relação à favela, pois esta interage mais com a cidade, e os seus moradores, igualmente ilegais, moram perto do seu local de trabalho, arrecadando horas e dinheiro destinados aos transportes. Por tudo isto se concluiu que, na primeira fase da urbanização da periferia, predominam, grandemente, os loteamentos precários.

Mesmo assim, esta época representa a data de nascimento de muitas favelas, fora e dentro da cidade, paralelamente ao crescimento de antigos núcleos. Inclusive é uma década de novas tipologias faveladas, como é o caso dos “favelados do mar” (SILVA, 2005, 92), que se erguem sobre palafitas na Avenida Brasil e ao longo do litoral norte; das favelas de rua, exemplo das formadas sob os viadutos de Bangu e Madureira; das favelas conurbadas em conjuntos mais amplos ou da favelização dos conjuntos habitacionais.

<sup>16</sup> No âmbito deste trabalho podemos falar em duas grandes fases da industrialização brasileira: a primeira, por volta dos anos 20 e a segunda, como consequência da 2ª Guerra Mundial, em meados de 40. No entanto, são na realidade quatro os períodos da história da industrialização brasileira: 1500-1808; 1808-1930; 1930-1956; 1956 em diante.

São anos de incubação, nos quais a favela cresce e se consolida, espelhando fielmente a difícil conjuntura brasileira do período. A grande importância desta época, faz Parisse denominar a transição da década de 40 para a de 50 como a passagem das favelas da adolescência à idade adulta (1969, 193). É justamente quando esta atinge o seu desenvolvimento pleno e cresce muito mais do que a cidade formal, 98% contra 39% (SILVA, 2005, 130), que é assumida como o principal problema da urbe. Uma panóplia de planos e instituições vão-se multiplicar na busca da solução, na procura do milagre que seria capaz de as travar.

Neste contexto é criada, em 1947, a Fundação Leão XIII, fruto de uma parceria entre a Prefeitura (Estado) e a Arquidiocese do Rio de Janeiro (Igreja), “com o objectivo de prestar assistência à população residente em comunidades carentes.” (www.leao.rj.gov.br). Foi a primeira instituição pensada especificamente para actuar nas favelas, junto das populações, dando-lhes apoio material e moral, numa base novamente paternalista, autoritária, assistencialista e preconceituosa e seguindo os mesmos princípios de controlo social utilizados na criação dos Parques Proletários. A reeducação destas populações e a sua civilização eram um dos objectivos, assim como combater o comunismo<sup>17</sup>, o analfabetismo, a prostituição e todos os males que se julgavam mais incidentes nos morros. Ao mesmo tempo, apoiava-se a formação de lideranças populares e, através de *mutirões* e colectas de dinheiro para melhorias urbanas, a Fundação garantia a permanência das comunidades. Além do mais, o princípio norteador era novo: interagir no meio do favelado para que, vivendo com ele o seu dia a dia, se ganhasse a sua confiança, agindo unicamente para o seu bem, sem ter nenhum outro intuito senão esse.

A partir desta altura e ao longo da década de 1950, com a Fundação Leão XIII a legitimar a existência das favelas enquanto espaços da cidade que necessitavam de ser ajudados e intervencionados, foi a vez dos políticos subirem o morro. Face às condições precárias de vida destas populações, rapidamente se aperceberam que ali tinham terreno propício à fácil angariação de votos. Esta tendência ficou conhecida como *política da bica d'água*, que consistia na facilidade com que um candidato trocava os votos dos favelados por melhorias urbanas simples, como por exemplo, a instalação de uma bica de água na favela. Também os líderes comunitários passaram a filiar-se em partidos políticos e a serem eleitos para o cargo. “Das eleições de 1945 às de 1965 a favela ia ser entregue à demagogia” (PARISSE, 1969, 87). Daqui advêm consequências negativas, dado que os políticos, em busca de ‘clientela’, favorecem a implantação ou a ampliação de várias favelas que engrossam os já avultados números.

<sup>17</sup> De facto, travar a escalada do comunismo foi um dos grandes objectivos desta Fundação. O PCB - Partido Comunista Brasileiro – fora terceiro nas eleições de 1945 e o grande vencedor nas eleições de 1947, com larga margem sobre o segundo classificado. As favelas acabavam sendo campo privilegiado para semear os ideais deste Partido, pelo que se transformou numa prioridade para o Governo controlar estas populações (PARISSE, 1969, 88).

Em 1947, o Prefeito Mendes de Moraes<sup>18</sup> reúne uma Comissão para debater o problema das favelas. Pela necessidade de se inteirar da amplitude do fenómeno, do qual apenas existiam contagens parciais, elaboradas com critérios diversos, uma das iniciativas da Comissão foi a realização do Censo de 1947/48, coordenado pelo Departamento de Geografia e Estatística da Prefeitura. Os primeiros resultados foram publicados em Março de 1948 e atestavam, finalmente, a complexidade do problema: 119 favelas no Rio de Janeiro, com 70 605 barracos e 283 390 favelados. Havia agora uma contabilização oficial do número de favelas, para que a consciencialização da sociedade fosse inevitável e não mais se pudesse tapar os olhos e eufemizar. Paira um clima pesado sobre o Rio e chega-se à “última e terrível descoberta: não há solução para a favela! (...) Não há solução técnica (...) Nem solução financeira, se a técnica fosse possível” (PARISSE, 1969, 134-136).

No entanto, o Censo definitivo baixa os números: 105 favelas, 34 567 barracos e 138 837 favelados. Os maiores núcleos eram: Jacarezinho (3 637 casebres), Mangueira (2 218), Esqueleto (1 347), Praia do Pinto (1 281), São Carlos (1 096) e Barreira do Vasco (1 080), confirmando muitas localizações já existentes na década de 20. Para a discrepância entre os dados provisórios e os definitivos as explicações oficiais são vagas, imprecisas e incluem afirmações como “decorreu este decréscimo (...) da tendência natural dos agentes recenseadores em exagerar suas observações sob a impressão das cifras excessivas de divulgação corrente e da natureza acidentada dos terrenos” (PARISSE, 1969, 98).

Do Censo de 1948 também se concluiu que a maioria dos favelados está entre os 14 e os 40 anos, ganha entre um a dois salários mínimos e é proveniente dos Estados vizinhos (Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo). Quanto à localização das favelas, 35% situava-se em bairros suburbanos, 27% na Zona Norte e 24% na Zona Sul (PARISSE, 1969, 98). Profissionalmente, 64% da população é inactiva e, dos 36% de activos, 30% trabalham na indústria e 20% na construção civil (PARISSE, 1969, 101). Este era o perfil do favelado-tipo, em meados do século, finalmente desvendado e dado a conhecer aos cariocas.

O peso da indústria como actividade principal do favelado mostra como os processos industriais muito se cruzaram com a evolução destes aglomerados. Muitas fábricas deram origem ou ajudaram a desenvolver favelas, continuando estas a segui-las em caso de deslocamento, baseando-se na velha relação emprego/moradia. Exemplos emblemáticos são os do Jacarezinho e da Mangueira, ambas favelas formadas pelos trabalhadores de fábricas sediadas nas adjacências. Depois, na fase em que as indústrias se afastaram do Centro e rumaram à periferia, no geral, outras favelas se formaram nos locais da deslocação, mas as favelas operárias iniciais continuaram e consolidaram-se no sítio original, posteriormente desafiadas pelo capital imobiliário.

O Recenseamento Geral 1950 reafirma a tendência descendente: 59 favelas, 44 mil barracos e 169 305 favelados (PARISSE, 1969, 97). O critério utilizado define favela como um aglomerado de 50 ou mais barracos, ilegais, em zona não infraestruturada e não urbanizada. Perante tal premissa, a tarefa dos recenseadores não era nada fácil: cabe-lhes, a eles e ao

<sup>18</sup> Ângelo Mendes de Moraes foi militar e Prefeito do Rio de Janeiro entre 1947 e 1951.

seu bom senso, decisões difíceis como a delimitação do que é e do que não é favela.

A grande mudança relativamente ao Censo de 1948 foi a entrada das migrações do Nordeste para o pódio, representando agora 22% no que respeita ao local de proveniência dos favelados, fazendo já notar o impacto da abertura da estrada Rio-Bahia. O primeiro lugar continua ocupado pelos migrantes do Estado do Rio e adjacências.

A primeira reacção à visibilidade do problema mostrado pelos Censos foi a “Batalha do Rio”, no decurso do mês de Maio de 1948. Tratava-se de um conjunto de artigos publicados pelo jornalista Carlos Lacerda no Jornal *Correio da Manhã*. A 16 de Maio são lançados os princípios norteadores deste movimento:

“Uma verdadeira batalha precisa ser travada no Rio. Mas batalha cujas proporções não serão medidas pelo número de mortos, e sim pelo número de vivos que ela tenha feito. (...) A batalha dos vivos, eis a luta a desencadear no Rio de Janeiro. Aos seus cidadãos pertence essa tarefa assim como ao Governo o dever de ajudá-la por todos os meios ao seu alcance” (PARISSE, 1969, 113).

As suas ideias abriam novas perspectivas no debate sobre as favelas. Lacerda propõe uma luta democrática, liderada e incentivada pelo povo, como que um estado de ânimo, de mobilização da sociedade por uma causa comum, o que denominaríamos hoje como uma enorme campanha de solidariedade, que provocaria uma cadeia de iniciativas em todos os sectores, recriando os traços populistas de Pedro Ernesto.

42

“Trata-se de incorporar aos benefícios e deveres da civilização uma parte considerável da população, aglomerada em barracos indignos da espécie humana (...) O que se visa, acima de tudo, é aproveitar o material humano da favela (...) dar consciência, dar uma vida familiar, um mínimo de conforto e de decência que permitam ao favelado de encontrar suas próprias forças (...) para chegar ao grau de civilização a que (...) já teriam direito” (PARISSE, 1969, 115).

Embora com alguma simpatia, a adesão maciça não aconteceu. Lacerda solicita a intervenção do Presidente Dutra, mas só passado algum tempo vem a resposta do Prefeito Mendes de Moraes, anunciando uma lista com membros de comissões que se encarregariam de pôr termo à questão. O objectivo era extinguir 50 favelas em um ano, através da construção de 40 mil casas, numa solução em tudo similar à dos Parques Proletários.

Só que a batalha nem sequer se realizou, nada foi feito, foi antes “a batalha que não houve” (SILVA, 2005, 64). Para que se concretizasse, seria precisa uma revolução, uma verdadeira mudança de mentalidades. Saldo positivo, porém, na consciencialização da sociedade, na formação da opinião pública que, se dúvidas houvesse, ficou agora ciente do problema em toda a sua amplitude.

Segundo Silva (2005, 128) a Batalha “é importante não tanto pelos seus resultados concretos (praticamente nulos) quanto pelo que demonstra do contexto da época”, já que é o vazio na actuação pública estatal que leva a que um “espaço alternativo ao poder local” possa tomar este protagonismo.

"A favela sugere à Cidade imagens bélicas: após a "Batalha do Rio", a Arquidiocese católica lança em 29 de Setembro de 1955, a "Cruzada São Sebastião" para "dar solução racional, humana e cristã ao problema das favelas do Rio de Janeiro", como rezam os Estatutos" (PARISSE, 1969, 175).

É uma nova instituição, também ligada à Igreja, mas em moldes distintos da Fundação Leão XIII. Criada por Dom Hélder Câmara, Bispo Auxiliar do Rio de Janeiro e figura social influente, parecia o órgão que punha em prática o programa governamental social, de tónica populista, que reinou ao longo da 2ª metade da década de 50.

Mais uma instituição e mais um pouco do mesmo: o velho sonho e meta de extinguir as favelas, desta vez em 8 anos; integrar o favelado na cidade através de habitação higiénica, digna e estável, para a sua promoção social e humana; retorno dos migrantes às suas terras; e o mesmo paternalismo: "Não se fala da acção dos favelados (...) A Cruzada se realiza para eles, mas não com eles" (PARISSE, 1969, 176). No entanto, outros factores levaram a que a acção da Cruzada tenha escrito uma nova página na história das favelas cariocas.

No ano de 1955 era Presidente da República Café Filho,<sup>20</sup> que manifestou o seu desejo de fazer uma doação à Cruzada para que a urbanização de uma favela se concretizasse. A Cruzada aceitou e escolheu a Praia do Pinto, favela com aproximadamente 7 mil habitantes, no coração do Leblon.

A verba nunca chegou, mas a Cruzada obteve outras fontes de financiamento: conseguiu o direito de aforamento de alagadiços na margem da Avenida Brasil. Depois da drenagem e aterro, estes terrenos eram urbanizados e vendidos e os recursos financiavam a acção da Cruzada. A benesse não era avultada, dado que os terrenos eram de má qualidade e na proximidade de favelas, o que tornava a sua valorização irrisória. Mesmo assim, dava para seguir com o projecto e, ainda em 1955, iniciou-se a construção do Bairro de São Sebastião para deslocar os favelados da Praia do Pinto, num terreno da Prefeitura praticamente anexo à favela, que se prolongou, ao ritmo da situação financeira vigente, até 1960. Neste ano já estavam construídos sete prédios e três estavam em construção. Possuíam igreja, escola primária e oficinas várias.

Este bairro representa uma experiência-piloto no alojamento de favelados no mesmo local da respectiva favela. No entanto, não escapa sem críticas, principalmente relativas às péssimas condições de habitabilidade dos apartamentos, aos quais chamaram favela de betão armado.

A Cruzada foi também responsável por outras realizações, como a urbanização do Morro Azul e do Parque da Alegria, obra feita pelos próprios favelados. Mas também por melhorias diversas em equipamentos colectivos, e pela instalação de centenas de redes de iluminação, água e telefones em várias outras favelas.

<sup>19</sup> João Fernandes Campos Café Filho sucedeu Getúlio Vargas na Presidência da República, após o seu suicídio em 1954, fruto da enorme crise política instalada. Ficou no cargo até 1955.

<sup>20</sup> (BUENO, 2000, 168)

Aos poucos a acção da Cruzada inverte o rumo e passa a contar com a participação crescente dos favelados, mostrando um ganho de maturidade proveniente da experiência adquirida. Sem dúvida, a sua acção foi um grande passo na integração da favela na cidade e na emergência de uma nova mentalidade, introduzindo, embora de forma inicial, o conceito de urbanização. Por exemplo, antes da Cruzada, o abastecimento de energia eléctrica era conseguido apenas pelos barracos mais perto dos bairros abastecidos legalmente pela concessionária e só depois esta era repassada por revendedores, a preços elevadíssimos, ultrapassando em muito os preços praticados na cidade formal. Foi a Cruzada que conseguiu acordos com as concessionárias para que os serviços fossem levados para dentro da favela, acabando com o mercado negro dos revendedores e garantindo o preço justo em qualquer parte da comunidade.

A tentativa de auto-financiamento das suas acções é outro dado novo, já que a Cruzada possuía fontes próprias de facturação. A venda dos terrenos aterrados gerava receitas reduzidas pelos encargos que a operação requeria, além de ser uma fonte de rendimento precária. Mas o importante foi que constituiu uma louvável e inovadora solução para o problema do financiamento, o travão habitual ao sucesso pleno e à continuação de acções anteriores, como os Parques Proletários, a Fundação Leão XIII ou a Batalha do Rio.

Ou seja, inovações consideráveis são trazidas e conseguidas pela Cruzada, entre elas, a geração de renda própria, a introdução da urbanização enquanto conceito materializado, a passagem dos favelados a protagonistas da mudança do seu habitat e o amadurecimento ideológico no que diz respeito à essencialidade que está no conhecimento efectivo do problema, única chave para o sucesso de qualquer iniciativa.

Em suma, “o movimento da Cruzada talvez tenha sido o que deu maiores frutos do ponto de vista da implementação de acções” (SILVA, 2005, 137).

Em 1956 foi criado o SERFHA (Serviço Especial de Recuperação de Favelas e Habitações Anti-Higiénicas), organismo que, ao longo da década de 1960, estimularia a organização destas populações. Para isso: cria e apoia as associações de moradores; luta por melhorias físicas, segundo uma perspectiva urbanizadora, e pela consolidação das comunidades, ocupando o espaço da Igreja Católica; cria postos de atendimento de saúde, assistência social e jurídica, cooperativas de habitação e escolas profissionais dentro das comunidades. No lado oposto, toma também medidas que passavam pela remoção de favelas e transferência de moradores para novas habitações, sem necessariamente ser no mesmo local da favela. Ou seja, as medidas de actuação do SERFHA espelham bem a dualidade da época: clima aberto a negociações, a mobilizações de vários sectores e a mudanças, mas também a remoções sumárias.



45



22. Bairro de São Sebastião, construído num terreno anexo à Praia do Pinto, final da década de 50

23. Bairro de São Sebastião, actualmente lado a lado com o shopping Leblon

